

▪ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

A empresa INPHARMA HOSPITALA LTDA, respeitosamente, à presença de Vossas Senhorias, apresentar RECURSO ADMINISTRATIVO em face da adjudicação do pregão 1039/2022:

I – DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO

De acordo com o item 13.1 do edital, a licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis. Tendo em vista que a declaração de intenção de recurso registrada em campo próprio do sistema e o prazo para envio das razões se encerra no dia 27/09, portanto o Recurso é tempestivo.

II – DOS FATOS

A Recorrente, a fim de concorrer no certame 1039/2022 para eventual aquisição de medicamentos à Universidade Estadual do Oeste do Paraná, cadastrou sua proposta no dia 13/09/2022.

No dia 15 de setembro de 2022, às 08:50 hrs entrou no portal do comprasnet, e ao acessar o link para logar no sistema, não obteve êxito, sendo direcionada para uma tela com informativo de "ERRO AO OBTER DADOS DO FORNECEDOR NO SICAF. FAVOR TENTAR MAIS TARDE. (422)".

A partir da primeira comunicação de erro, a Recorrente INICIOU VÁRIOS TESTES através de computadores e conexões de internet diferentes, a fim de verificar se o problema não era interno.

Foi aberto chamado junto ao comprasnet, conforme protocolo 10574018 (POR TELEFONE), o qual informou que o portal estava com instabilidade no momento, e ainda, estava recebendo inúmeras ligações a respeito.

Por e-mail, APÓS CONTATO TELEFÔNICO o portal relatou que já estava trabalhando para normalização (Acionamento Serpro: 2022SS/5500856601X), ou seja, se a equipe de desenvolvimento do sistema estava atuando para a normalização, por óbvio, existiu uma ANORMALIDADE que precisava ser corrigida.

Obtivemos a seguinte resposta ao protocolo de atendimento 10574018:
com a seguinte informação:

"Em atenção à sua demanda, referente a mensagem: Erro ao obter dados do Fornecedor no Sicafe, favor tentar mais tarde. (422) ao acessar o Comprasnet, informamos que a situação consta em análise pela equipe de desenvolvimento do sistema, a qual já atua para normalização"

Senhores, como se vê tivemos retorno do próprio portal informando sobre o problema e que estava sendo solucionado.

A Recorrente acionou todos os meios possíveis para acesso ao sistema, computadores diferentes, redes alternadas, aplicativo do gov.br pelo smartphone, diversos navegadores,

além dos contatos com a Comissão e com o portal do comprasnet.

Em consulta ao portal posteriormente verificamos que algumas empresas conseguiram o acesso e que a disputa do certame ocorreu, o que prejudicou o certame e o direito da Recorrente em ofertar seu melhor preço.

Eis os fatos.

DO MÉRITO

Diante dos fatos e provas apresentados não há como contestar que o certame foi prejudicado pelo erro/instabilidade havido no portal de compras NO MOMENTO DA SESSÃO PÚBLICA, ferindo os princípios da competitividade, isonomia, bem como do INTERESSE PÚBLICO.

Ressaltamos que o princípio da ISONOMIA nas contratações públicas está garantido na CONSTITUIÇÃO FEDERAL, no seu art. 37, XXI, conforme segue:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (grifo nosso)

De acordo com Marçal Justen Filho:

Depois de editado o ato convocatório, inicia-se a chamada fase externa da licitação. Os particulares apresentam as suas propostas e documentos, que serão avaliados de acordo com os critérios previstos na Lei e no ato

convocatório. Nessa segunda fase, a Administração verificará quem, concretamente, preenche mais satisfatoriamente as condições para ser contratado. TAMBÉM NESSA ETAPA SE EXIGE O TRATAMENTO ISONÔMICO. TRATA-SE, ENTÃO, DA ISONOMIA NA EXECUÇÃO DA LICITAÇÃO. TODOS OS INTERESSADOS E PARTICIPANTES MERECEM TRATAMENTO EQUIVALENTE.

(Justen Filho, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos: Lei 8.666/1993 – 18. ed. rev., atual e ampl. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019).

SE TODOS OS INTERESSADOS MERECEM TRATAMENTO EQUIVALENTE, COM IGUALDADE DE CONDIÇÕES, CLARIDAMENTE QUE HOUVE DESCUMPRIMENTO DE NORMA CONSTITUCIONAL, UMA VEZ QUE FOI CERCEADO O DIREITO DA RECORRENTE EM PARTICIPAR DA FASE DE LANCES, POR MOTIVO QUE NÃO COMPARTILHOU DA CULPA.

Todos devem ter as mesmas oportunidades, em igualdade de condições, em participar do procedimento licitatório, sempre almejando-se obter a melhor proposta para a Administração (Secretaria de Acompanhamento Econômico Comunidade Virtual do Programa Nacional de Promoção da Concorrência. Pág. 20) .

O princípio da isonomia e a licitação são indissociáveis. O princípio consubstancia a própria razão de ser do procedimento licitatório: REALIZA-SE A LICITAÇÃO, ENTRE OUTRAS RAZÕES, PARA GARANTIR QUE TODOS OS INTERESSADOS POSSAM COMPETIR ENTRE SI COM IGUAIS POSSIBILIDADES. Dá-se aos particulares, por meio de licitação, a possibilidade de empregar esforços - mesmo em disputa contra entes de elevados níveis de poder - com o propósito de contratar com o Estado. Os dois são evidentemente indivisíveis, visto que a licitação existe justamente para garantir, entre outras coisas, a isonomia. (<https://www.migalhas.com.br/depeso/356734/o-principio-da-isonomia-nas-licitacoes-publicas>).

Dessa maneira, não há fundamento jurídico que justifique a homologação do certame para as empresas que arremataram os respectivos itens do pregão, tendo em vista que ficou comprovada a falha/vício durante a sessão pública.

Mesmo não sendo por culpa dessa Administração, não se pode negar que o processo está acometido de VÍCIO INSANÁVEL o que gera a nulidade do processo. Aliás, a melhor de forma de se resolver a o problema é a REVOGAÇÃO do certame.

Desse modo a súmula 473 do Egrégio Supremo Tribunal Federal prevê:

Sum. 473 STF - A administração pode anular seus próprios atos, QUANDO EIVADOS DE VÍCIOS QUE OS TORNAM ILEGAIS, PORQUE DELES NÃO SE ORIGINAM DIREITOS; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial. (grifo nosso).

A prerrogativa constante da súmula 473 do STF, deve estar em conformidade com as regras e princípios jurídicos constitucionais e legais, OU SEJA, no caso em tela IMPERIOSA A DEVIDA PROVIDÊNCIA.

Destacamos os ensinamentos do jurista Celso Bandeira de Melo:

Com efeito, se os atos em questão foram obra do próprio Poder Público, se estavam, pois, investidos da presunção de veracidade e legitimidade que acompanha os atos administrativos, é natural que o administrado de boa-fé (até por não poder se substituir à Administração na qualidade de guardião da lisura jurídica dos atos por aquela praticados) tenha agido na conformidade deles, desfrutando do que resultava de tais atos. Não há duvidar que, por terem sido invalidamente praticados, a Administração – com ressalva de eventuais barreiras à invalidação, dantes mencionadas – deve fulminá-los, impedindo que continuem a desencadear efeitos (BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. 32. ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2015. P. 492).

Ademais, importante salientar que a jurisprudência é pacífica ao admitir a possibilidade de anulação/revogação da licitação pela Administração, senão vejamos:

Constatadas ilegalidades no procedimento licitatório que possam ter contribuído para a restrição do caráter competitivo do certame, determinassem à entidade promotora que adote as providências visando à anulação da licitação. Acórdão 2993/2009 Plenário (Sumário)

Desta forma, apurada a ilegalidade, se impõe a Administração Pública a decretação da nulidade do ato e a desconstituição dos efeitos gerados. Discorrendo sobre o assunto, Maria Sylvia Zanella de Pietro declara que: a Administração tem, em regra, o dever de anular os atos ilegais, sob pena de cair por terra o princípio da legalidade.

A jurisprudência é pacífica sobre a possibilidade de revogação do certame por interesse público.

STJ - RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA RMS 23402 PR 2006/0271080-4 (STJ) Data de publicação: 02/04/2008

Ementa: ADMINISTRATIVO – LICITAÇÃO – MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO REVOGAÇÃO – CONTRADITÓRIO. 1.

Licitação obstada pela revogação por razões de interesse público. 2. Avaliação, pelo Judiciário, dos motivos de conveniência e oportunidade do administrador, dentro de um procedimento essencialmente vinculado. 3. Falta de competitividade que se vislumbra pela só participação de duas empresas, com ofertas em valor bem aproximado ao limite máximo estabelecido. 4. A revogação da licitação, quando antecedente da homologação e adjudicação, é perfeitamente pertinente e não enseja contraditório. 5. Só há contraditório antecedendo a revogação quando há direito adquirido das empresas concorrentes, o que só ocorre após a homologação e adjudicação do serviço licitado. 6. O mero titular de uma expectativa de direito não goza da garantia do contraditório. 7. Recurso ordinário não provido.

STJ - RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA RMS 23402 PR 2006/0271080-4 (STJ). Data de

publicação: 02/04/2008

Ementa: ADMINISTRATIVO – LICITAÇÃO – MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO REVOGAÇÃO – CONTRADITÓRIO. 1.

Licitação obstada pela revogação por razões de interesse público. 2. Avaliação, pelo Judiciário, dos motivos de conveniência e oportunidade do administrador, dentro de um procedimento essencialmente vinculado. 3. Falta de competitividade que se vislumbra pela só participação de duas empresas, com ofertas em valor bem aproximado ao limite máximo estabelecido. 4. A revogação da licitação, quando antecedente da homologação e adjudicação, é perfeitamente pertinente e não enseja contraditório. 5. Só há contraditório antecedendo a revogação quando há direito adquirido das empresas concorrentes, o que só ocorre após a homologação e adjudicação do serviço licitado. 6. O mero titular de uma expectativa de direito não goza da garantia do contraditório. 7. Recurso ordinário não provido.

Portanto, entendemos que não existiu a intenção do pregoeiro ou da Administração em prejudicar a empresa Recorrente ou qualquer outro licitante, porém por razão alheia à vontade dessa Administração e a Recorrente, houve VÍCIO no processo, o qual prejudicou a legalidade do certame, e por esse motivo deve ser ANULADO.

IV – DO PEDIDO

Antes ao Exposto, REQUER:

- 1 – Que seja declarado a nulidade do certame, pelos fatos e direitos acima comprovado;
- 2 – não sendo pelo entendimento acima, ou ainda, havendo qualquer dúvida do acima alegado,
 - a. que seja oficiado o comprasnet a fim de prestar esclarecimentos referente a instabilidade ocorrida no dia 15/09/2022.

Nestes Termos
Pede o Deferimento

Fechar